

# FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA REFLEXÃO SOBRE LEITURA E SOCIEDADE NO BRASIL

*Literacy: a reflection on reading and society in Brazil*

Jason Prado<sup>1</sup>

Recebido em: 05 ago 2017

Aceito em: 13 set 2017

## RESUMO

Embora o Brasil tenha avançado na redução das desigualdades de acesso e progresso na Educação nos últimos 50 anos, os indicadores referentes à compreensão de leitura entre alunos e egressos do sistema escolar apresentam significativas variações de desempenho, não só interna e regionalmente no país, mas também dentro de redes locais, e do país em relação a outras economias, em variados estágios do desenvolvimento tecnológico. Esses resultados colocam o Brasil na contramão do desenvolvimento no mundo pós-industrial, onde o principal fator de geração de riquezas é a Propriedade Intelectual.<sup>2</sup> Também indica um deslocamento em relação ao uso das tecnologias de informação e comunicação, seja na interação com a tecnologia que permeia o universo dos objetos comuns do dia a dia, seja na interação social, construída através das mídias e redes sociais mundiais, cuja linguagem predominante se desenvolve através da escrita. A partir de premissas dos teóricos da “reprodução”, com o propósito de orientar possíveis linhas de pesquisa, esse artigo pretende fazer uma releitura contextualizada do Sistema de Ensino brasileiro e das políticas públicas de Formação de Leitores, desde a revolução tecnológica até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais. Educação. Compreensão de leitura.

---

1 Autor/Organizador de *A Formação do Leitor: Pontos de Vista* (1999) e *Vivências de Leitura* (2007). Editor dos *Cadernos de Leituras Compartilhadas*. Diretor da *Leia Brasil* - ONG de Leitura e Consultor da *Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio*.

2 Vide UNCTAD (2010).

## ABSTRACT

Despite the fact that in the last 50 years Brazil has been advancing in reducing the inequality when it came to accessing and progressing in the Educational field, the indicators referring to reading comprehension in students and ex pupils show significant variations in performance, not only internally and nationally, but also among local educational institutes, and Brazil as a country in relation to economy and also in a variety of technological advancements. These results show how thwarted Brazil's growth really is in a post-industrial world, where the main factor for growing one's fortune is the use of Information and Communication Technology, be it by interacting with technology pervaded in every day-to-day object, or social interaction, constructed through social media, that of which the main form of communication is through the written word. Using as a basis the premise of "reproduction", with the objective of orienting possible fields of study, this article's purpose is to make a contextual reanalysis of the Brazilian Educational System, and the public policy of Literacy, since technological revolution to recent times.

**Keywords:** Social inequality. Education. Reading comprehension.

## INTRODUÇÃO

Numa sociedade em que a obtenção de privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a Escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodiceia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência de privação de posse (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 251).

Após três anos de recessão que desempregou mais de 14 milhões de pessoas, os dados de uma safra recorde divulgados no início 2017 deram os primeiros sinais de recuperação econômica no Brasil.

A notícia não traz alívio para o desemprego, essencialmente urbano e distribuído por todas as categorias de produção, nem cria expectativas

---

de circulação de renda. Afinal, com exceção de um breve hiato na segunda metade do século XX, desde 1500 os ciclos econômicos brasileiros foram predominantemente marcados pelo extrativismo, ao ponto de, ainda hoje, em plena era pós-industrial, sete dos 10 produtos mais exportados pelo Brasil serem originados do agronegócio e dois serem semimanufaturados.<sup>3</sup> Produtos intensivos em capital, tributários de tecnologia importada, com pouquíssimo valor agregado ou influência sobre a geração e distribuição de renda. Segundo o Banco Central,<sup>4</sup> o setor do agronegócio, que representa 23% do PIB, deve crescer quatro vezes em 2017, a despeito da crise.

Enquanto o Brasil patina, os países desenvolvidos modificam cada vez mais suas matrizes de produção e despontam como grandes exportadores de tecnologia e capital intelectual, como se pretende mostrar adiante.

É possível traçar um paralelo entre crise política, realidade econômica e Educação? Melhor dizendo, à luz do trabalho de pensadores como Althusser (1974) e Bourdieu e Passeron (2008), é possível encontrar nexos de causalidade entre as funções do Estado, os governos e suas relações com as classes dominantes? Ou entre ideologia, relações de produção e reprodução dos meios de produção? É o que este artigo pretende discutir.

Nos últimos 50 anos, o Brasil realizou um grande esforço para atingir os objetivos de: a) qualificar o ensino para uma economia tecnológica e industrializada; b) democratizar e universalizar o acesso à educação; e c) corrigir o fluxo e reduzir as dificuldades de progresso dos alunos. Destaque-se que esses objetivos não necessariamente foram perseguidos na ordem aqui apresentada.

Entretanto, desde 1962, quando se falou pela primeira vez no Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) sobre a possibilidade da interação social através de computadores, e quando restou evidente que

---

3 Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-brasil>. Acesso em: 14 jul. 2017.

4 A Gazeta do Povo: PIB do Agronegócio segura o PIB do Brasil, de 12/04/2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronego-cio/agricultura/na-contramao-da-cri-se-agronegocio-deve-puxar-pib-brasileiro-120108yf1mom1oaf8vua57y9f>. Acesso em: 10 jul. 2017.

o mundo marchava para uma nova era - a Era da Informação -, algumas escolhas talvez não tenham sido as mais acertadas.

De fato, a tensão gerada pela Guerra Fria provocara a polarização e isolamento de países e suas economias em torno de interesses exógenos, deixando um grande número de nações, principalmente aquelas conhecidas como “subdesenvolvidas”, à margem da corrida tecnológica.

Acumulando sucessivos conflitos políticos desde o Segundo Reinado e gestando mais um golpe militar (o de 1964), o Brasil, que mal saíra do Ciclo do Café e que, 20 anos antes, começara a implantar seu parque industrial, gravitou em torno de blocos econômicos, adotou políticas de incentivo à produção com proteção de mercado e - inclusive e principalmente -, associou-se ao capital internacional, que financiou e modelou suas políticas de desenvolvimento.<sup>5</sup>

Talvez por isso o país tenha criado alguns paradoxos. Um deles, em especial, diz respeito à Educação: trata-se do nível de compreensão de leitura, que trouxe ao cenário educacional a expressão *Analfabetismo Funcional*, uma incapacidade ou condição pela qual passaram a ser conhecidas as pessoas que, mesmo escolarizadas, não conseguem utilizar a leitura e a escrita para uma prática social.

A despeito dos resultados conquistados com políticas inclusivas e de redução das diferenças, a Educação brasileira também exhibe indicadores expressivos de iletrados, indivíduos com mais de 10 anos de estudo,<sup>6</sup> diplomados, mas incapazes de usar a língua em sua plenitude. Em síntese, aparentemente a educação brasileira não consegue formar leitores na era do conhecimento.

Mas, dentro de uma sociedade complexa como a brasileira, cuja economia ocupa a 21ª posição mundial pelo tamanho de seu PIB, não se pode tomar as partes pelo todo. Não somos, por óbvio, uma pátria de lavradores, nem uma sociedade ágrafa. Há meandros, portanto, que permitem que uma grande parcela da população desfrute integralmente

---

5 Na implantação da primeira fábrica de automóveis, a associação da Volkswagen com o Grupo Monteiro Aranha viabilizou o negócio.

6 O Instituto Paulo Montenegro pesquisa, desde 2005, o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Disponível em: <[www.ipm.org.br](http://www.ipm.org.br)>. Acesso em: 20/07/2017.

---

dos benefícios de uma economia de base tecnológica, enquanto outra parte, também numerosa, ainda não desembarcou do século 20.<sup>7</sup>

Neste estudo preliminar das relações entre Capital, Estado e Educação no Brasil, tendo como pano de fundo a formação de leitores segundo o viés da compreensão em leitura, pretende-se refletir sobre os mecanismos que (re)reproduzem as desigualdades nas escolas brasileiras.

Espera-se, assim, contribuir para as pesquisas que buscam entender como foi possível - pela maneira como o sistema de ensino brasileiro se organizou para lidar com a formação de leitores nos últimos 40 anos - promover e, ao mesmo tempo, massificar a escolarização, sem, entretanto, romper com a ordem econômica, a estratificação social e os modelos de cristalização de privilégios.

## **BRASIL - UMA SOCIEDADE QUE LÊ MAL**

Um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo.

Jacques Derrida - A Farmácia de Platão.

Em 1997 a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - (OCDE)<sup>8</sup> propôs a ampliação do conceito de Letramento<sup>9</sup>

---

7 Segundo a Revista Super Interessante, em artigo publicado em 30/04/2003 e atualizado em 31/10/2016, o Brasil ocupava, em 2002, a 43ª posição no ranking de desenvolvimento tecnológico elaborado pela ONU Disponível em: < <http://super.abril.com.br/ciencia/no-ranking-de-desenvolvimento-tecnologico/>>. Acesso em: 24/07/2017.

8 Organismo Internacional criado 1960, composto por 34 países, com sede em Paris.

9 Segundo o documento Letramento para Mudar - Resultados do PISA 2000 (Editora Moderna, 2004, p. 25) essas são: *“As definições de leitura e de letramento em leitura mudaram ao longo do tempo, paralelamente a mudanças na sociedade, na economia e na cultura. O conceito de aprendizagem - especialmente o conceito de aprendizagem continuada ao longo da vida - expandiu as concepções sobre letramento em leitura e as demandas a respeito. A competência já não é mais considerada uma habilidade que só se adquire na infância nos primeiros anos de escolarização. Em vez disso, é vista como um conjunto crescente de conhecimentos, habilidades e es*

- adaptação do termo *Literacy* da língua inglesa, empregado pela primeira vez pela professora Magda Soares (SOARES, 1998) - para abrigar as habilidades de interação com a tecnologia e o uso social da leitura e da escrita. Também iniciou o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), revelando, três anos depois, que 67% dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade, independentemente do ano escolar no qual estivessem matriculados, não atingiam o mínimo desejável no quesito *compreensão de leitura*. O Brasil ficou em último lugar numa entre os 32 países participantes do PISA, numa lista que incluiu, além das maiores economias do mundo, Hungria, Letônia e República Checa.

O antigo *alfabetizado*, que segundo o conceito usado até então pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”,<sup>10</sup> passou a ser considerado *analfabeto absoluto* pelos critérios introduzidos com o PISA.

Segundo o Grupo Funcional de Especialistas em Leitura, grupo organizado pela OCDE para a elaboração do PISA, foi adotada a seguinte definição, no que se refere à compreensão de leitura:

Letramento em leitura é a capacidade de compreender textos escritos, utilizá-los e refletir sobre eles de forma a atingir objetivos próprios, desenvolver os próprios conhecimentos e o próprio potencial e participar ativamente da sociedade. (KIRSCH, 2004 - p. 25).

Por esses critérios introduzidos, os alfabetizados foram hierarquizados em cinco níveis segundo suas *habilidades de: a) recuperação das informações, b) interpretação de textos e c) reflexão e avaliação*. No nível básico (1), passou a ser exigido: a) que a pessoa localizasse um ou mais itens independentes de informação em um texto; b) que pudesse reconhecer a intenção central do autor; e c) que

---

estratégias que os indivíduos constroem ao longo de toda a vida em diversas situações e por meio da interação com seus pares e com as comunidades mais amplas de que participam.”

10 Um olhar sobre os indicadores do analfabetismo no Brasil. In: *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, publicado em 2003 pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, do Ministério da Educação – MEC, p. 6. Disponível em: <[www.oei.es/historico/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf](http://www.oei.es/historico/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

---

fizesse conexões simples entre as informações desse mesmo texto com os conhecimentos comuns do seu cotidiano.

Desde a primeira pesquisa, no ano 2000, os dados disponíveis sobre *compreensão de leitura* no Brasil são expressivos. O PISA, realizado a cada dois anos, em sua mais recente edição, a de 2015, mostrou o Brasil com a média de 407 pontos “*significativamente inferior às dos estudantes dos países membros da OCDE (493)*”<sup>11</sup>, na 12ª posição, em um grupo de 14 países participantes.

Os indicadores educacionais costumam ser vistos com reservas por sociólogos e educadores, como sugerem os professores Maria Teresa Gonzaga Alves e José Francisco Soares no Artigo *Contexto escolar e indicadores educacionais*, artigo em que discutem o Ideb:

Na literatura educacional, critica-se o Ideb como uma medida de qualidade da educação e questionam-se suas consequências para as escolas. Freitas (2007), por exemplo, considera o indicador como uma política de responsabilização unilateral que exclui as escolas ao mesmo tempo em que as estigmatiza. Para o autor, o Ideb não é referência de qualidade da educação, entre várias razões, porque ele não reflete a relação custo aluno/qualidade e também não é sensível às desigualdades sociais. De forma análoga, Sousa e Oliveira (2010) alertam para o uso do Ideb como uma simplificação a padrões educacionais desejáveis de problemas educativos mais complexos (ALVES; SOARES, 2013).

O Ideb, calculado a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - (Inep), do MEC, tem sido a principal ferramenta de avaliação e gestão do Governo Federal. Ainda que o Ideb seja passível de críticas e ajustes, não se pode relevar o fato de que tanto ele quanto o PISA e os demais indicadores produzidos para avaliar o nível de compreensão em leitura no Brasil apresentam resultados semelhantes: nos dias atuais, os brasileiros lêem mal, aquém do esperado para sua faixa de escolarização.

O Relatório do PISA 2015 (p. 128) apresenta as tabelas de desempenho do Brasil. Uma nota ao pé da figura 4.24, cujo título é “*Das Médias, intervalos de confiança e percentis de escores dos países selecionados, leitura - PISA 2015*”, traz a seguinte informação:

---

11 PISA no Brasil 2015, *Análise e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros*. Fundação Santillana, 2015. P. 128.

---

Verifica-se que há uma grande diferença de escores entre os países avaliados. Os 10% dos estudantes brasileiros com pior desempenho em leitura no PISA 2015 obtiveram nota média 279, e os 10% de melhor desempenho, 539.

Essa variação sugere que não se trata apenas de uma desigualdade entre estudantes brasileiros e estudantes de países mais ricos: ela indica uma desigualdade interna do sistema de ensino brasileiro, que provoca uma *grande diferença* (48%) no desempenho dos alunos no quesito *compreensão de leitura*. Os dados servem, ainda, para uma outra comparação: a média do Brasil ficou em 407 pontos, 17,4% abaixo da média dos países membros da OCDE, que foi 493 pontos. E os três países primeiros colocados - Canadá (527), Finlândia (526) e Coréia do Sul (517) - tiveram *a média geral* pouco abaixo da média dos 10% melhores do Brasil (539).

A revolução desencadeada pelas Tecnologias de Informação e de Comunicação no final do século XX provocou uma resposta efetiva da Educação brasileira segundo alguns pesquisadores:

[...] a escola é chamada a rever o ensino que oferece, mais especificamente, a espécie de formação que vem promovendo, a fim de adequá-los não só às exigências do mercado de trabalho, mas à convivência com as novas tecnologias, que invadem todos os recônditos da vida” (PALANGANA et al., 2002, p. 112).

Não se pode por em dúvida, portanto, que o sistema de ensino brasileiro tenha agido e respondido a alguns dos desafios encontrados. Todavia, quando se fala em a) “*espécie de formação*”, b) “*adequação às exigências do mercado de trabalho*” e c) “*convivência com novas tecnologias*”, sobretudo no contexto de formação de leitores e compreensão de leitura, outros desafios são lançados, requerendo uma leitura ampliada desses termos.

Para tanto, é necessário reler o histórico do desenvolvimento da Educação no Brasil, especialmente em suas relações com o Estado e a economia. Como ponto de partida, este estudo faz uma reflexão a partir do discurso intitulado “Educação e Cultura na Constituição do Estado da Bahia”,<sup>12</sup> proferido em 1947 pelo patrono do Inep, o educador Anísio

---

12 A Fundação Anísio Teixeira, através de sua Biblioteca Virtual disponibiliza a íntegra desse e de outros escritos em <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/educacao5.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.



Teixeira: “Há educação e educação. Há *educação* que é treino, que é domesticação. E há *educação* que é formação do homem livre e sadio. Há *educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos*” (TEIXEIRA, 1947).

## **EDUCAÇÃO, PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO NO BRASIL**

Em janeiro de 2017 a Revista Piauí publica um interessante artigo baseado na Tese de Livre Docência de Renato Perim Colistete para a Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração, FEA, da USP. Sob o título “*Pátria Ilustrada - As razões políticas para o atraso educacional do Brasil*” (PERIELO; COELHO, 2017). O artigo conjuga entrevistas com outros pesquisadores e alguns resultados da pesquisa de Colistete, que se iniciou tendo por tema “A propriedade de terras no Estado de São Paulo no início do século XX”, e terminou focando “O atraso em meio à riqueza”.

O que chama a atenção no artigo - que deriva das descobertas de Colistete e foi considerado fato inédito para a história da Educação brasileira - é a forma como legisladores e administradores responderam, historicamente, à demanda popular por escolas e educação nos municípios. Embora fossem solicitadas pela população, as escolas simplesmente não eram criadas, fosse em função da centralização do poder, “*já que a responsabilidade por prover esse serviço, segundo a Constituição, não estava nas mãos do município, mas das províncias*”, fosse por conta da questão fundiária, uma vez que a elite econômica impediu as tentativas de criação de qualquer tributação sobre as Terras durante todo o século XIX. A respeito dessa relação, inclusive, Anísio Teixeira também havia se pronunciado em seu discurso aos constituintes baianos, como sendo condição essencial para a expansão da Educação na democracia:

Aquilo que, há cem anos, se fizera nas outras democracias, em que alguns impostos foram desde o início especialmente destinados à manutenção da educação pública, como na América do Norte, onde todos os impostos relativos à propriedade imóvel tem o destino de atender à educação (TEIXEIRA, 1947).

Esse, talvez, seja o ponto central de uma ação política tornada efetiva pela *não ação*, ou melhor dizendo, pela omissão. A elite fundiária brasileira se constituía por meio da propriedade da terra (principal valor simbólico da época), era dependente do poder centralizador da coroa e gravitou em torno do governo federal muito depois do fim da Monarquia, como fica evidente na leitura de Simon Schwartzman, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Como diz a Piauí,

Mesmo em 1913, mais de vinte anos depois da proclamação de uma República que buscava limitar o poder central e transferi-lo para os estados, mais de 60% de todos os recursos arrecadados no país iam para o governo federal (PERIELO; COELHO, 2017).

Em entrevista para a revista, o professor Peter Lindert, autor de *Growing Public - Social Spending and Economic Growth Since the Eighteenth Century* (Cambridge Press University, 2004), afirmou ter pesquisado sobre o que teria contribuído para que algumas nações, durante o século XIX, tivessem se diferenciado de outras em relação ao ensino. Ao lado, obviamente, do crescimento do emprego qualificado inaugurado com a Revolução Industrial, a hipótese do autor aponta para a descentralização política naqueles países, com maior independência para os municípios, onde o poder do voto tem maiores consequências.

De um modo geral, segundo Lindert, se apenas uma pequena parcela dos homens adultos votar, pouco importa o desejo dos mais pobres de ter escola: serão ignorados. A elite resolverá o seu problema contratando professores e escolas particulares, e as classes médias não terão força política para obrigar os mais ricos a dividir os custos desse serviço público (PERIELO; COELHO, 2017).

Em outro trecho, citando a obra do historiador José Murilo de Carvalho, especialmente o livro *Cidadania no Brasil*, o artigo lembra que poucos países tiveram uma política tão liberal para o voto quanto o Brasil no século XIX. O problema estava nos limites de atribuições dos eleitos, e na forma como isso serviu aos interesses econômicos. Em 1947, no discurso supracitado, Anísio Teixeira chamou a atenção para a mesma coisa de uma forma mais direta:

O regime educativo visava assegurar a manutenção de uma sociedade de classes, em que um grupo seria beneficiado com uma educação alta e o povo, as ‘classes menos favorecidas’ (singular linguagem democrática),

---

teria escolas primárias seguidas ou a par de inadequadas e precárias escolas profissionais (TEIXEIRA, 1947).

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 foi - assim como o professor Anísio Teixeira, que a saudou como “*a terceira tentativa para fundar a República*” - de fato, marco importante para as reformas educacionais implantadas no Brasil na segunda metade do século XX. O conjunto de forças que a colocou em movimento (de onde não se pode abstrair, além das sucessivas lutas políticas e golpes armados, a crise do café, a Segunda Guerra mundial, a urbanização<sup>13</sup> e a guerra fria) acabou dando os contornos iniciais para a enorme expansão da oferta de matrículas que se verificou no final dos anos 1990. Há extensa literatura a esse respeito.

Mas também se pode ver a ação direta de “forças ocultas” - utilizando-se aqui a forma empregada pelo ex-presidente (e professor) Jânio Quadros -, contrárias aos interesses particulares na República, agindo por meio de políticas públicas de Educação nascidas de interesses privados. Numa versão local do patrimonialismo weberiano, os funcionários graduados do governo sempre tiveram acesso garantido ao ensino público de qualidade. Até hoje, instituições como os Colégios Militares, Pedro II, Colégios de Aplicação e os Centros Federais de Tecnologia (CEFETs) ocupam o topo da lista nos indicadores de preferência e desempenho. As poucas vagas dessas instituições que não são destinadas aos filhos dos servidores são preenchidas por sorteio ou exames de admissão, com elevado grau de disputa.

O traço patrimonialista se estende por outras áreas, como por exemplo a do Sistema S<sup>14</sup>. Como a grande depressão de 29 trouxe reflexos diretos sobre os preços do café no mercado internacional, o ciclo dessa *commodity* no Brasil se encerrou, pautando os acontecimentos políticos, sociais e econômicos da década de 1930. Aliados ao capital

---

13 O Censo de 1950 mostra que o Brasil ainda era um país agrário, com 2,5 milhões de domicílios urbanos, 1,2 milhão suburbanos contra 6,3 milhões de domicílios rurais. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>>. Acesso em: 18/07/2017.

14 Terminologia que designa o Sistema de Ensino Profissionalizante instituído no Brasil a partir de 1942, quando a Confederação Nacional da Indústria criou o Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, seguindo-se por ações semelhantes do setor de comércio (Senac), transportes (Senat) e pequenas empresas (Sebrae).

---

internacional, empresários e banqueiros paulistas viram a oportunidade de finalmente promover a industrialização no país (PERISSINOTTO, 1999). No que tange à educação, criaram as primeiras *escolas para*, introduzindo o ensino técnico do país com o objetivo de suprir a demanda e regular a oferta de mão-de-obra qualificada, num país com mais de dois terços de analfabetos<sup>15</sup>. Apesar do caráter social da iniciativa e da gestão privada, que até hoje se constitui prerrogativa dos empresários reunidos em torno de seus sindicatos patronais, o Sistema S é financiado por uma contribuição compulsória sobre a folha de pagamentos dos trabalhadores.

Ao contrário dos interesses defendidos pelos antigos políticos e governantes da monarquia, a industrialização trouxe pressa e prodigalidade os governos republicanos, como é possível observar, ainda, no discurso do educador baiano:

A segunda oportunidade é a das percentagens instituídas para a educação nacional, para a União, os Estados e os Municípios. É, talvez, o artigo mais revelador da nova consciência democrática expressa na Constituição Federal. Este artigo determina que 20% das rendas estaduais, 20% das rendas municipais e 10% das rendas federais sejam aplicadas na educação (TEIXEIRA, 1947).

Além de inúmeros programas de construção de escolas e expansão de matrículas na segunda metade do século XX, a distribuição de verbas públicas, por conta e em nome da Educação, foi significativa: do Mobral<sup>16</sup>

---

15 Segundo o Censo Demográfico 1940 / 2010, do IBGE, 56% dos brasileiros com 15 anos ou mais em 1940 eram analfabetos.

16 O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967, mas foi durante o Governo Médici, em setembro de 1970, quando se criou um incentivo fiscal, que ele começou a funcionar. Na época, 46% da população brasileira viviam no meio rural, dos quais 68% eram analfabetos absolutos. A meta era alfabetizar 4,5 milhões de pessoas entre 14 e 35 anos em três anos. Em 1985, no início do Governo Sarney o Mobral foi extinto, após ficar evidente que seu método não funcionava. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/criado-na-ditadura-por-medici-em-1970-mobral-queria-erradicar-analfabetismo-17468183>> Acesso em: 20 jul. 2017.

ao Telecurso,<sup>17</sup> do Cesgranrio<sup>18</sup> ao Todos pela Educação,<sup>19</sup> que, a exemplo do Programa de Aceleração da Aprendizagem,<sup>20</sup> do Instituto Ayrton Senna, todos foram financiados pelo Governo.

Mas nem só os construtores de escolas e grandes empregadores se beneficiaram da expansão da Educação brasileira no século passado. No papel de fornecedora dessa cadeia, a indústria equipou centenas de milhares de escolas em processo contínuo, inclusive com material escolar perecível, entre os quais figura o livro. Mas esse objeto, que talvez pudesse ter modificado os indicadores de compreensão de leitura colhidos neste século, constitui um capítulo à parte da relação do capital com o Estado e a Educação, e assim se pretende tratar dele mais adiante.

Esses são os reflexos de uma sociedade constituída sobre princípios do patriarcado que ainda hoje tem, na figura do presidente da República,

---

17 Criado em 1978 numa parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, o Telecurso utilizou a capilaridade da plataforma de televisão do Grupo Globo e a TV Educativa de São Paulo para transmissão de teleaulas. Inicialmente focado no ensino médio, em 1981 passou a atender também ao ensino fundamental. Disponível em: <<http://www.frm.org.br/acoes/telecurso/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

18 “A FUNDAÇÃO CESGRANRIO nasceu de uma associação pioneira de 12 instituições universitárias, a qual tornou possível a criação do Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio, em 12 de outubro de 1971. O Centro foi instituído por convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura, sendo Ministro, na época, o Senador Jarbas Passarinho e Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, o professor Newton Lins Buarque Sucupira.” Fonte: Fundação Cesgranrio, Disponível em: < <http://www.cesgranrio.org.br/institucional/historia.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

19 “Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. Texto extraído do site da entidade, disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/otpe/?tid\\_lang=1](https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/otpe/?tid_lang=1)>. Acesso em 20 jul. 2017.

20 “Nossas ações são financiadas por doações, recursos de licenciamento e por parcerias com a iniciativa privada (saiba mais). Considerando iniciativas voltadas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, estamos em 17 Estados e mais de 660 municípios e beneficiamos a educação de mais de 1,5 milhão de alunos por ano”. Disponível em: < <http://www.institutoayrtonenna.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

---

a mesma reverência que já devotou aos monarcas de Portugal e a Getúlio Vargas, por exemplo. Essa estrutura social, no Brasil, favoreceu o desenvolvimento do *Neopatrimonialismo* (SCHWARTZMAN, 1988), no qual os interesses públicos se fundem com os privados, como concluiu, ainda e por fim, Anísio Teixeira em sua fala aos constituintes baianos:

Às vezes ponho-me a indagar: por que será que o Governo, entre nós, há de ser sempre como um bem privado, que se conquista como se fosse um tesouro, uma riqueza a ser distribuída com os amigos, companheiros e partidários? Tal concepção é tão profundamente generalizada no Brasil, que me ponho, por vezes, a indagar da origem, por certo vigorosa, de tão estranha deformação (TEIXEIRA, 1947).

## MILAGRE ECONÔMICO E EDUCAÇÃO

Nenhum aparelho ideológico de Estado dispõe durante tanto tempo de audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista (ALTHUSSER, 1974).

Umbilicalmente ligados ao poder governamental do Estado como instrumento de repressão e historicamente privilegiados pela proximidade do poder em todo o mundo, os militares brasileiros passaram os dois últimos séculos alternando seu tempo entre o exercício do poder (direta, indireta ou parcialmente) e a conspiração para tomá-lo aos governos de plantão, ainda que pelo exercício do voto, como nas campanhas do Brigadeiro Eduardo Gomes (1945 e 1950) e do Marechal Lott (1960). Assim nasceu, cresceu e envelheceu a República brasileira.

Por conta desses privilégios, as Academias Militares, o Instituto Militar de Engenharia e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e a Escola Naval formaram as elites tecnológicas brasileiras ao longo do século XX. Elites que não se limitaram à caserna nem ao canteiro de obras.

Talvez por isso, ou porque conhecesse a função ideológica da Escola, ou ainda porque se tivesse se disposto a fazer uma “*revolução*” de verdade no país, o último regime militar no Brasil fez sucessivas e profundas mudanças na Educação, a começar pela Reforma de 1966, sobre a qual este estudo se limitará a registrar a opção governamental pelo modelo tecnicista, em desfavor das ciências humanas. Foi a maneira

encontrada pelos militares para recuperar o atraso da industrialização, movida por sucessivos slogans na época do *milagre econômico*. Nesse período se intensificou a industrialização, a urbanização e a universalização do ensino.

Também foi quando se iniciou um outro movimento importante no setor educacional: a pressão por vagas ante a limitada capacidade das escolas públicas para absorver a classe média ascendente impulsionaram o crescimento do mercado de matrículas no ensino privado, antes restrito às elites ou aos que não se qualificavam para as vagas das excepcionais escolas públicas.

A despeito de uma propalada austeridade dos militares, mais uma vez o neopatrimonialismo brasileiro se manifestou, ora com militares no comando da educação, ora com proprietários de escolas alçados à administração do ensino público, como foi o caso exemplar do Deputado Flexa Ribeiro, dono de um dos mais tradicionais colégios do Rio de Janeiro e Secretário de Educação do Estado da Guanabara. Ou neopatrimonialismo manifestou-se ainda por meio da participação de empresários nos Conselhos do governo. Como exemplo podem ser citados dois casos: os Diretores Gerais do SENAI Nacional e da Fundação Cesgranrio (essa última responsável pelos vestibulares, concursos, provas e avaliações do Ensino Público, inclusive o Enem) integraram, por décadas, em sucessivos mandatos, o Conselho Federal de Educação.

Merece um registro adicional o fato de que o período militar - apesar de políticas equivocadas como a do protecionismo da indústria (em que a informática se constitui um claro e grave exemplo), e dos crimes políticos e ambientais - de fato expandiu a indústria e o setor de serviços, criando uma classe média escolarizada e construindo as bases para a expansão econômica das décadas de 1990 e 2000. E também pode ser responsabilizado pela grande expansão mercantil do ensino, criando as condições, nos anos 1970 e 1980, para surgimento de alguns conglomerados que hoje dominam o setor.

## **LIVRO E LEITURA NA ESCOLA - UMA LENTA MUDANÇA DE PARADIGMAS**

De instrumentos de alfabetização e ensino da gramática a ferramentas de ampliação do universo de cognição, o texto e sua superfície de

---

suporte, o livro, passaram por lenta transformação na escola brasileira ao longo dos últimos 130 anos.

Segundo a professora Maria do Rosário Mortatti, em *O texto na sala de aula* (SILVA et al., 2014), o ensino da língua portuguesa recebeu diferentes denominações desde o final do século XIX, “quando se iniciou a organização de sistemas de instrução pública”. Ainda segundo a autora, ensinar língua portuguesa no curso primário era predominantemente ensinar um modelo centrado na gramática.

Para se atingirem esses objetivos, foram decisivas as séries de leitura graduada, que se consolidaram nas primeiras décadas do século XX, e que eram constituídas de cartilha de alfabetização e três ou quatro livros de leitura, correspondentes aos demais anos escolares do curso primário. Nesses livros de leitura, foram sendo incorporados textos narrativos ou informativos, geralmente escritos, com objetivos didáticos, pelo autor dos livros de série (SILVA et al., 2014).

As primeiras mudanças significativas, segundo Mortatti (SILVA et al., 2014), foram efetuadas nas décadas de 1930 e 1940, por meio das leis orgânicas do ensino normal e primário, elaboradas por Gustavo Capanema. Foi na década de 1960 que a disciplina de Linguística passou integrar o currículo dos cursos de letras. “A partir de então, por meio de professores formados nesses cursos, a linguística [...] passou a exercer gradativa influência [...] tardia e diluidamente nos (conteúdos) do curso primário”.

Durante a ditadura, com a lei 5.692/1971, o ensino da língua passou a ser tratado oficialmente como “instrumento de comunicação e expressão”, tornando-se explícita uma “oposição ao ensino da gramática em favor do ensino das aplicações da teoria da comunicação”. Com isso, os antigos livros de leitura e as gramáticas foram substituídos pelos livros didáticos de comunicação e expressão “e, em menor quantidade, livros didáticos com técnicas de redação, baseados no conceito de criatividade”.

Foi a partir de então que o mercado editorial brasileiro começou a se fortalecer, vendendo mais da metade de toda a produção anual de livros ao governo,<sup>21</sup> por intermédio do MEC, e atraindo, assim, o capital

---

21 Dados da Câmara Brasileira do Livro de 2002 mostram que de 311 milhões de exemplares produzidos, 162 milhões foram vendidos ao MEC.



---

internacional. Hoje a cadeia produtiva do livro do Brasil está altamente concentrada nos grandes grupos internacionais.

Como apontam Silva, Ferreira e Mortatti (2014), foi a partir da LDB nº 9.394/1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, que se introduziram as novas teorias sobre a linguagem, “especialmente nos ramos da psicolinguística, da sociolinguística, da fonética e da fonologia [...] que explicavam, em novas bases, os processos de aprendizagem e/ou aquisição da língua escrita”. Também foi por meio desse ato normativo (LDB) que se ampliou o ensino fundamental para nove anos,<sup>22</sup> dando ênfase à aquisição da linguagem.

É importante registrar que na transição entre as funções de ensino da gramática (1890) e de aquisição da linguagem (2000), os livros cumpriram outros papéis dentro da escola. Ao lado dos livros de referência, os livros de literatura passaram a ter, na segunda metade do século XX, sua importância defendida tanto pelos professores de literatura, que se baseavam nos conceitos de *fruição e prazer da leitura* (BARTHES, 2008), quanto pelos docentes que defendiam a importância da leitura nas funções de crescimento e libertação da “*pedagogia crítica*”, preconizada por Paulo Freire (2006) e Henry Giroux (2001). Segundo o discurso do educador na abertura que fez do I Congresso Brasileiro de Leitura (COLE), em 1981, a leitura envolveria “uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2006). Ou, como diz o professor Ezequiel Theodoro da Silva em *A produção da leitura na escola* (SILVA, 1995), formar um leitor

[...] é muito mais do que ensinar as convenções e o uso da escrita; é, isto sim, levar os indivíduos, desde a mais tenra idade, a se situarem, compreendendo e entendendo as diferentes linguagens que fazem circular os sentidos numa sociedade.

---

22 Não se pode deixar de registrar que o acréscimo de um ano na grade do ensino fundamental trouxe impactos diretos sobre a diminuição das desigualdades, porque permitiu que a população sem acesso à pré-escola particular, iniciasse mais cedo (aos seis anos de idade), os processos de alfabetização.

## BREVE CRONOLOGIA DO LETRAMENTO NO BRASIL

Quando Alvin Toffler publicou *A Terceira Onda* em 1980, preconizando a pós-modernidade e a Era da Informação, embora o regime militar já apresentasse sinais de cansaço, o Brasil ainda vivia sob a ditadura. Endividado e desacreditado, restava ao governo fechar cada vez mais as barreiras comerciais em políticas de substituição de importações. Carros, eletrodomésticos e principalmente computadores e equipamentos de informática importados foram banidos da vida brasileira durante toda a década.

Com o movimento das Diretas Já e a eleição de Tancredo Neves, o Brasil retomou a democracia, mas o regime militar se sustentou artificialmente durante cinco anos, mantido pelas mesmas forças políticas que o viabilizaram em 1964, encarnadas no Governo Sarney a começar pelo próprio presidente, que fora uma das principais lideranças do partido de sustentação da ditadura.

A eleição de Fernando Collor, em 1990, embalada em promessas de quebra de paradigmas permitiu que se desnudassem alguns esquemas arcaicos do neopatrimonialismo, a começar pelo desmascaramento de setores industriais ineficientes e obsoletos que sobreviveram à custa do protecionismo do Estado. Essa ruptura de paradigmas não só modificou o parque automobilístico, mas permitiu que a Tecnologia da Informação finalmente chegasse ao país em sua plenitude.

Uma mudança específica foi a transformação que Collor promoveu nas estruturas dos Ministérios, principalmente o da Cultura. Ele extinguiu e unificou antigas autarquias e departamentos criados durante o Estado Novo, entre eles o Departamento Nacional do Livro, que passou a ocupar uma diretoria dentro da Fundação Biblioteca Nacional, e que se encarregava da gestão e curadoria editorial do país.

Desde que os escritores, no fim do século XIX, começaram suas campanhas para criação de bibliotecas e livrarias, toda a fundamentação lógica de suas ações visaram prioritariamente ao aumento da venda de livros. Esse discurso atravessou todo o século XX, e um dos seus principais argumentos era a insignificante tiragem inicial dos livros, raramente maior que três mil exemplares, mesmo com toda a expansão demográfica do Brasil. Por isso, desde que fora criado por Getúlio Vargas, o Departamento Nacional do Livro funcionara como uma câmara de compensações entre as editoras e o governo, não só regulador, mas o principal comprador do mercado.

Nos primeiros três quartos do século XX, os livros frequentaram as escolas exclusivamente como material de consulta e referência e eram classificados como material permanente. Isso trazia um peso extra para a relação dos usuários com o livro, porque esses eram tombados no patrimônio público e qualquer dano, inclusive uma folha rasgada, gerava um processo administrativo. O resultado prático dessa política foi o enclausuramento do livro.

Foi através de Decreto<sup>23</sup> que o governo Collor criou o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), entregando sua gestão à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), presidida pelo professor e poeta Affonso Romano de Sant'Anna. Foi o primeiro posicionamento oficial do Brasil sobre a importância da leitura fora do contexto de valorização do livro. Embora o escritor e editor Márcio de Souza estivesse à frente da Diretoria do Livro, na FBN, Affonso entrega o Proler a Eliana Yunes, uma professora e pesquisadora de literatura, ainda que, de certa forma, vinculada aos editores via Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), que fundara e dirigira até então.

Datam dos anos 1980 e início dos anos 1990, algumas iniciativas importantes de incentivo à leitura no Brasil: ligada à Unicamp, a criação, em 1981, da Associação de Leitura do Brasil (ALB) e o seu Congresso Brasileiro de Leitura COLE; a Jornada Literária de Passo Fundo, ligada à Universidade de Passo Fundo; o Programa de Bibliotecas Escolares, patrocinado pelo Banco Itaú; e o Programa Leia Brasil<sup>24</sup>, fundado por este pesquisador em 1991 - que atuou tanto na formação de professores e alunos leitores quanto na circulação de acervos de literatura e na produção de conteúdos sobre e para a leitura.

Afora essas ações estruturadas, a promoção da leitura dentro e fora das escolas era praticamente inexistente. Poucas escolas tinham acervos. Das que tinham, a esmagadora maioria do material se constituía por livros didáticos e de referência. Não havia espaço para a guarda dos

---

23 Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 - Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências.

24 O Programa Leia Brasil foi criado como um programa de bibliotecas volantes, promovendo a circulação gratuita de acervos literários em escolas públicas. Com a criação do Proler, passou a oferecer atividades de formação para professores e alunos, educação artística, eventos de reflexão e o apoio de uma publicação especializada na construção de repertórios de leitura chamada Cadernos de Leituras Compartilhadas.

livros, e *dinamização de leitura* era um conceito ainda inexistente. Por isso, a gestão dos acervos nas escolas era considerada uma tarefa incômoda e complexa, justificando sua entrega àqueles professores considerados incompatibilizados com a regência de sala de aula.

Foi apenas em 1998, portanto um ano depois que a OCDE firmou convênio com o governo brasileiro para a realização do PISA, que o MEC criou um programa de Bibliotecas Escolares, selecionando as primeiras dez mil escolas públicas (de um universo de 240 mil)<sup>25</sup> para receberem um acervo inicial de 1.000 volumes de literatura.

Também é dessa época a expansão das Bienais do Livro, sempre motivadas pela compra de livros didáticos por prefeituras, estados e escolas particulares. Embora focadas na venda de livros, as Bienais prestaram um grande serviço à leitura, seja pela popularização do objeto livro, seja pela promoção de atividades lúdicas de iniciação e encantamento do leitor, e ainda pela tomada de posição de governos em torno da questão da leitura.

As escolas particulares, vivenciando um crescimento acelerado em decorrência da expansão econômica da qual se falou, passaram a estimular a valorização do diploma e oferecer diferenciais de ensino cada vez mais sofisticados. Por isso, elas sempre se colocaram um passo à frente na formação de leitores. Enquanto na escola pública faltava espaço para colocar os livros, por exemplo, em alguns colégios particulares do Rio e de São Paulo os livros ficavam expostos e disponíveis dentro das salas de aula, nos corredores e até no pátio de recreio.

Essas escolas investiram em bibliotecas, em equipamentos e na formação de professores promotores de leitura e dinamizadores de acervos. Investiram também em trabalhos diferenciados de letramento na pré-escola e creches.

Não por outra razão, antes que as escolas públicas, as particulares se apropriaram do domínio da competência na formação de leitores.

---

25 Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas, publicado pelo Inep / MEC, o Brasil conta com 186,1 mil escolas de educação básica, das quais 114,7 mil são dos municípios, e 50,5% dessas escolas (de educação básica) possuem biblioteca e/ou sala de leitura. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf) >. Acesso em: 20 jul. 2017.

Na disputa que travam por matrículas, como fariam os fabricantes de qualquer outro produto de consumo, essas escolas costumam exibir e exaltar, como diferencial de serviço, o desempenho de seus alunos nos testes educacionais que, desde o PISA, passaram a incluir as *habilidades de leitura*.

Isso fez com que algumas escolas particulares crescessem e se tornassem grandes corporações de ensino, como o Grupo Positivo, a UNIP e o Pitágoras, hoje conhecido como Kroton Educacional. Todas elas têm, como acionistas, em maior ou menor escala, o capital internacional.

Aliás, o mercado editorial brasileiro também passou por grandes transformações nas últimas três décadas. Iniciou como um processo normal de fusões e incorporações, até que quatro grandes conglomerados internacionais dominassem o mercado. O caso mais singular de todos é o da Editora Abril, originalmente editora de revistas e periódicos. A partir dos anos 1990 ela incorporou diversas editoras e livrarias, algumas inclusive totalmente orientadas para o mercado de livros didáticos (entre elas, a Ática e a Saraiva). Comprou também grandes escolas, como o Sistema Anglo e os cursos PH. Uma expansão vertical e horizontal em setores que têm, em comum, além da palavra, a proximidade com o governo, e o Estado como principal fonte de custeio.<sup>26</sup>

Entretanto, mesmo se beneficiando de políticas de incentivo como as compras governamentais, o subsídio integral às Bienais através do cheque-livro, e a promulgação de leis garantindo regime tributário diferenciado, o mercado livreiro começou a ser afetado pela Era da Informação. Os *tablets* e as redes sociais trazem uma revolução na apropriação dos meios de leitura que afetam a publicação de livros impressos. A distribuição e comercialização também foram afetadas pela concentração do negócio editorial, as incorporações e fusões, e a crise (principalmente pela restrição imposta aos mecanismos de incentivo fiscal à cultura) afetou os produtores e consumidores finais. Entre 2014

---

26 Segundo a Professora Maria Helena Guimarães Castro, em Políticas Públicas do Livro e da Leitura (p.59), “Dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL) informam que foram editados, em 2004, 320 milhões de livros, sendo 124 milhões de novos títulos. Destes, 289 milhões foram vendidos, sendo 135 milhões comprados pelos programas governamentais e os demais, 154 milhões, adquiridos pelo mercado”. AMORIM, Galeno (Org.). *Políticas Públicas do Livro e da Leitura*. São Paulo, OEI, 2006. p. 61

e 2017, encerraram suas atividades diversas livrarias e editoras, como a Cosac Naify, que se celebrizou pela produção de edições requintadas de antigos clássicos.

## **LEITURA E PRODUTIVIDADE NA ERA PÓS-INDUSTRIAL**

Apesar de a crise financeira mundial ter provocado queda drástica de 12% no comércio internacional em 2008, as exportações globais de produtos criativos aumentaram e alcançaram US\$ 592 bilhões, duplicando em seis anos, com uma taxa de crescimento médio de 14% no período entre 2002 e 2008 – o que evidencia que as indústrias criativas estão entre as mais dinâmicas do comércio internacional. UNCTAD (2010)

Na Era da Informação, a propriedade intelectual se tornou o verdadeiro fator de riqueza entre as nações. Os licenciamentos, não só na economia criativa e na indústria do entretenimento, mas nos setores tecnológicos, de serviço e comerciais, através das franquias, superam largamente o somatório dos outros bens que circulam.

A abertura comercial brasileira dos anos 1990, associada às políticas cambiais e ao saldo positivo da balança comercial (e inflada pelo preço de commodities como os minérios, o petróleo e alguns produtos do agronegócio), afetou de várias maneiras diferentes a industrialização brasileira, tão custosa de implantar durante a ditadura. Os setores desenvolvidos com base predominantemente na proteção de mercado, ou dependentes de matéria prima subsidiada, por exemplo, simplesmente perderam a competitividade e foram extintos. Grandes empresas do setor têxtil e petroquímico estão entre elas, como a Braspérola e a Idma, por exemplo.

Vários setores, como a indústria de brinquedos, foram vitimados pela evolução tecnológica, ou até pelos novos paradigmas de sustentabilidade, como o setor de papéis, embalagens e gráficas.

A toda hora se fala no Custo Brasil, expressão cunhada para referenciar não só os impostos diretos e indiretos sobre a produção e o consumo, mas também outros fatores como os encargos trabalhistas, o peso do Estado ineficiente, presentes (ou ausentes) nos setores de transportes, segurança, saúde complementar, educação e infraestrutura.

A Tecnologia da Informação e da Comunicação, comumente tratada como *Indústria do TIC*, afetou as empresas de uma forma contundente

e imprevisível. O grande exemplo disso está na telefonia fixa, quase extinta pelos celulares. E também na telefonia móvel, em vias de extinção por aplicativos de transmissão instantânea de áudio e vídeo via de Protocolo de Internet (IP), realizadas em *real time*, com total acessibilidade, a custo zero.

Nada mudou tanto no Brasil quanto o setor bancário, que já eliminou o cheque, a compensação bancária, agências e milhares de empregos... E está prestes a eliminar o dinheiro em espécie, instituindo o “dinheiro plástico” como principal meio de pagamento em todo o mundo.

Para além das vagas de trabalho fechadas com a informatização (de trocadores de ônibus a caixas bancários; de soldadores da indústria mecânica a balconistas no comércio de rua), o analfabetismo funcional traz outros custos subjacentes, cuja mensuração exata ainda está por fazer: o desperdício no agronegócio, desde o plantio até à mesa; as fraudes no sistema bancário; os acidentes de trabalho; os *recalls* na indústria; as contaminações cruzadas nas infecções hospitalares; os grandes acidentes não naturais. Nenhum desses eventos está totalmente isento de erro de interpretação na capacidade de leitura entre o agente principal do fato e o acontecimento em si.

Pior ainda, os efeitos do analfabetismo funcional não podem se restringir às questões econômicas ou de trabalho e renda. A cidadania e a democracia também são vulneráveis aos seus efeitos. Sobretudo a cidadania, que decorre das atitudes afirmativas de cada um dentro da sociedade. E também a democracia, que não pode ser fragilizada por mecanismos anacrônicos de dominação política.

## **LEITURA E EMPREGO NA ERA DO CONHECIMENTO**

Ainda não há dados disponíveis que permitam determinar as causas dos 14 milhões de desempregos mencionados no início deste artigo. A começar pelo número real de desempregados. As pesquisas que geram esses indicadores não abrangem as pessoas que estão fora do mercado de trabalho, mas não buscaram emprego nos últimos meses, como os muito jovens e os idosos. Também não se sabe, ainda, que parcela dessas vagas fechadas tem origem em causas estruturais (um setor que perdeu competitividade, ou uma empresa cujo produto ficou obsoleto, por exemplo), e que parcela decorre da conjuntura econômica (falta de produtividade) ou política (falta de confiança no mercado).

São muitas as variáveis que interferem na empregabilidade, gerando uma gama infinita de possibilidades estatísticas, que a história e a pesquisa acadêmica não tardarão por esclarecer.

Mas há fatos que não podem ser mascarados, como por exemplo a questão da evasão escolar.

A doxografia sobre o tema é abundante e o próprio MEC já considera esse custo “precificado” nos indicadores do Ideb. Curiosamente, entretanto, no documento *Censo Escolar da Educação Básica 2016, Notas Estatísticas*, disponível no site do Inep/MEC a partir de fevereiro de 2017<sup>27</sup>, composto por 29 páginas de textos, gráficos e ilustrações, a palavra *evasão* não é citada uma única vez.

Entretanto, segundo o Relatório de Desenvolvimento de 2012 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),<sup>28</sup> uma em cada quatro crianças que ingressaram no ensino fundamental no Brasil abandonou o curso antes de concluí-lo. Em números absolutos, segundo o relatório Aprendizagem em Foco nº 5, do Instituto Unibanco<sup>29</sup>, há 1,7 milhões de jovens fora da escola, dos quais 16% na faixa etária entre 15 e 17 anos. Esses dados, segundo a publicação, são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE e referem-se a 2014.

Embora não seja possível chegar a uma conclusão precisa pela via da comparação de fatores distintos, no Censo Escolar da Educação Básica 2016 anteriormente citado, há um *descompasso* de 3,1 milhões de matrículas entre os dados das séries iniciais (15,3 milhões) e as séries finais (12,2 milhões) no ano de 2016. Mesmo quando abatidos os índices do crescimento populacional no período de nove anos, o número ainda é preocupante.

No que tange ao foco desse artigo, fazendo uma conexão direta com a questão apontada no final da seção 2, sobre “*convivência com novas*

---

27 Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

28 Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

29 Disponível em: <[http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Aprendizagem\\_em\\_foco-n.05.pdf](http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Aprendizagem_em_foco-n.05.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017



*tecnologias*”, há três considerações que precisam ser feitas e devem ser pesquisadas com maior profundidade:

- a) Quanto a falta de compreensão de leitura contribui direta e efetivamente para com a defasagem escolar, e como a mesma influi no abandono do aluno da escola?
- b) Como, ou em que condições, esses indivíduos são absorvidos pelo mercado de trabalho, e integram a vida adulta como agentes econômicos?
- c) Como pessoas enquadradas nas escalas mínimas de compreensão de leitura - os analfabetos funcionais - estão exercendo suas vidas numa sociedade cada vez mais informatizada e interativa?

A revolução tecnológica colocou em andamento outras forças, como o relacionamento social por meio das redes sociais. Como a maioria dessas redes/forças se processa via texto, só há dois caminhos para a parcela que não domina o código: a exclusão, ou não pertencimento, ou uma variante, utilizando um código próprio, muitas vezes pictográfico e, certamente, limitante.

O processo está em curso com sinais claros de interferência no comportamento social. Estão pendentes, apenas, os estudos que delineiem melhor os seus impactos.

## CONCLUSÕES

Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, ou por nenhum de nós juntos? (ELIAS, 1994).

O movimento de refluxo que se verifica na industrialização não é recente e já vinha sendo sinalizado por Milton Santos (SANTOS; SILVEIRA 2003). Coincidindo com os fluxos migratórios conhecidos como “evasão de cérebros”, o Brasil se distancia cada vez mais da produção de “propriedade intelectual” que, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, 2010), é o fator de geração de riqueza deste século.

Segundo a BBC, um estudo da organização não-governamental britânica Oxfam, baseado em relatórios do banco Crédit Suisse de outubro de 2015, constatou que “a riqueza acumulada pelo 1% mais

---

abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes”.<sup>30</sup> Mais grave ainda, as 62 pessoas mais ricas do mundo concentram a mesma riqueza que metade da população global.

Esse capital, que não pertence às nações, mas se concentra em empresas transnacionais e se move atrás das bolsas de valores ao redor do globo, sempre esteve presente na economia brasileira, fosse no financiamento ao Estado, ou em associações com o empresariado local. Ele não se contenta mais apenas com a produção das *commodities*, da energia, ou dos serviços essenciais, como fizeram até os anos 1990. Agora, graças aos efeitos da globalização, esse capital está presente em setores privativos da burguesia local, como a saúde<sup>31</sup> e, no caso que nos interessa, no mercado editorial (que escolhe, produz e precifica o material didático e os livros com que se promove o letramento) e na Educação, do ensino fundamental ao universitário.

Citando Milton Santos (SANTOS; SILVEIRA, 2003), “Produz-se um efeito de entropia das empresas globais [...] sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, [...] criam ordem para si e desordem para o resto.”

Voltamos, assim, ao ponto de partida: não é possível afirmar, com os dados disponíveis, que o enfrentamento da leitura pelo sistema de ensino, apesar da renitência dos indicadores, seja fruto de políticas maniqueístas ou de ações orquestradas com propósitos de dominação e reprodução. Mas também não é possível afirmar, sem uma pesquisa consistente, que as distorções de compreensão de leitura verificadas nos indicadores não tenham um significado relevante dentro do contexto histórico brasileiro. E muito menos que não possam servir, ainda que fortuita e aleatoriamente, para com a perpetuação das desigualdades. Nem que não se encaixem nos mecanismos de reprodução ou nos parâmetros formulados por Althusser:

A escola toma a seu cargo as crianças de todas as classes sociais [...] e inculca-lhe durante anos, os anos que a criança está mais “vulnerável”,

---

30 Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn)>. Acesso em: 20 jul. 2017

31 No setor de saúde, não só os laboratórios e as indústrias farmacêuticas são predominantemente constituídas por capital internacional. Hospitais e o setor de Saúde Complementar (Planos de Saúde) apresentam alta concentração de capital estrangeiro, controlando, por exemplo, a Amil e a Rede D’Or.

---

entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, “saberes práticos” [...] Por volta dos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças cai na produção: são os operários ou os pequenos camponeses. A outra parte da juventude escolarizável continua: e seja como for faz um troço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda espécie. Uma última parte consegue aceder aos cumes (ALTHUSSER, 1974).

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1974.

ALVES, Maria T.; SOARES, José F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p 177-194, jan./mar. 2013.

APPLE, Michael W. Reprodução, contestação e currículo. In: \_\_\_\_\_. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artmed, 1989. p. 19-54

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 287

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 322

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Secretaria da Economia Criativa/ MinC. **Relatório Economia Criativa 2010: Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento: UNCTAD**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

CHAVES, Miriam W. História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 02, p 95-116. Abril-Junho e 2014.

COLELLO, Silvia M. G. **A Escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

- 
- DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- KIRSCH, Irwin *et al.* **Letramento para mudar: avaliação em letramento em leitura: resultados do Pisa 2000**. São Paulo: Moderna, 2000.
- FORQUIN, Jean-Claude (Org). **Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- GIROUX, Henry A. **Theory and resistance in Education: towards a Pedagogy for the opposition**. Westport: Bergin & Garvey, 2001.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Record, 1997.
- MARTELETO, Letícia J. et al. Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 277-302, jul/dez. 2012.
- NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PALANGANA, Isolda C. et al. Acerca da relação de ensino, aprendizagem e desenvolvimento. **Revista Portuguesa de Educação**, vol 15. num. 1, 2002, pp. 111 - 128. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37415106>>. Acesso em: 10 jul. 2017
- PERIELO, Rafael; COELHO, Tiago. Pátria Ilustrada: as razões políticas para o atraso educacional no Brasil. **Revista Piauí**, nº 124, p. 30-38, jan., 2017. Disponível em: <[https://www.fea.usp.br/sites/default/files/arquivos/anexos/piaui\\_124\\_anais\\_da\\_educacao\\_patria\\_iletrada.pdf](https://www.fea.usp.br/sites/default/files/arquivos/anexos/piaui_124_anais_da_educacao_patria_iletrada.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- Perissinotto Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. Campinas: UNICAMP; FAPESP; ANABLUME, 1999.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria L. O Brasil: **Território e sociedade no início do Século XXI**. São Paulo: Record, 2003.
-

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: pesquisas X propostas**. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, Lilian M. et al.(Orgs.). **O texto na sala de aula: um clássico sobre ensino de língua portuguesa**. Campinas: Autores Associados, 2014.

